Luís Mah

Mestrado de Economia Internacional e Estudos Europeus

**SLIDE 1: CRISE E DESENVOLVIMENTO**

Os últimos cinco anos têm sido marcados por uma constante agitação global, a começar pela crise financeira, recessão e as políticas de austeridade (e o impacto que está a ter no que se supunha pensarmos existir, ou seja, uma unidade Europeia), a emergência ou reemergência de novas potências como a China, Índia ou Brasil, a “Primavera Árabe” seguida do que agora assistimos no Egipto, na Síria ou na Ucrânia, o aumento dos preços dos produtos alimentares (e como afectou seriamente as populações mais pobres a nível mundial), o aumento das chamadas matérias-primas como o petróleo, gás e minérios….Não têm sido anos muito fáceis. O mundo parece estar a assistir a uma transformação tão rápida que não sabemos muito bem para onde vamos e como vamos e o que é que levamos….

Em conjunto, todos estes acontecimentos têm obrigado a uma reflexão sobre o futuro do desenvolvimento global e principalmente sobre o modelo que tem dominado as políticas públicas centrado na valorização do papel do mercado livre face ao Estado bem como na exigência do crescimento económico, quer se trate da sustentabilidade ou da redistribuição da riqueza. Hoje gostaria de vos desafiar a começar a olhar para alguns pensamentos alternativos que têm vindo a emergir nos últimos tempos e que propõe visões diferentes da economia dominante dita ortodoxa, ou seja baseada no dogma do “mercado livre” e que esta crise económico-financeiro dos últimos anos veio mostrar ser incapaz de dar resposta a uma realidade económica mais complexa.

**Durante a próxima hora irei falar-vos de algumas ideias emergentes e que se desenvolvimento em torno de conceitos como a Prosperidade sem Crescimento, o Estado Empreendedor ou o Bem Viver.**

O que estas ideias procuram é acima de tudo novas propostas de reformas políticas, económicas e sociais que possibilitem uma mudança do sistema actual que parece estar longe de dar respostas às necessidades urgentes das sociedades. Existe um corpo cada vez maior de evidências, experiências e vivências que demonstram que talvez seja possível construir modelos sociais económicos mais justos, equitativos e sustentáveis. Os desafios são imensos e a complexidade dos problemas, interligados a nível global, tornam difíceis as respostas e soluções sem um consenso que seja também global, entre governos, empresas e sociedade civil. Todas estas ideias pegam em questões tão importantes como a defesa da sustentabilidade ambiental, a distribuição mais justa de utilização dos recursos na Terra, o fomento de economias centradas nas energias renováveis, sistemas fiscais mais equitativos, a definição e gestão sustentável de Bens Comuns, etc. O debate em torno destas ideias não se tem focalizado apenas nas propostas mas também na própria linguagem associada ao discurso sobre desenvolvimento e as suas conotações com o crescimento económico. Questiona-se também se já não é altura de deixarmos de falar de desenvolvimento e crescimento e passarmos a falar do que é “suficiente”, do que “chega” para se “bem viver”.

O modelo de mercado “livre” é baseado na noção de que embora existam falhas de mercado, as intervenções governamentais para as resolver podem ter um efeito perverso de ainda piorarem a situação. Ou seja a introdução, por exemplo, de novas regulações no mercado financeiro ou laboral podem causar distorções nestes mercados que acabarão por sair ainda mais caro do que se não fizermos nada e com a possibilidade ainda de poderem vir a reduzir as liberdades dos indivíduos no espaço público.

O que esta crise agora nos vem dizer é que este modelo que tem influenciado as políticas públicas nos Estados Unidos e na Europa nas últimas décadas pode já não estar a dar resposta a uma realidade económica mais complexa e que isso talvez exija uma mudança de paradigma. Se isso irá ou não acontecer, principalmente a nível norte-americano e europeu, ainda é cedo para se dizer embora haja alguns sinais ou tentativas de explorar caminhos fora do paradigma dominante.

**SLIDE 2: À PROCURA DE UM NOVO PARADIGMA?**

Um estudo de 2011 de um think tank britânico IPPR-Institute for Public Policy Research intitulado em inglês “All Change: Will there be a Revolution in Economic Thinking in the Next Few years?” e que vocês podem consultar facilmente online procurou precisamente perceber porque razão, após o colapso do quarto maior banco de investimento de Wall Street em 2008, o Lehman Brothers, e o impacto que teve no sistema financeiro e económico global nos anos seguintes – diga-se recessão -, não se assistiu à emergência do tal novo paradigma económico como se esperava. A principal conclusão do estudo à data era a mudança de paradigma não tinha acontecido em termos macroeconómicos desde o começo da crise financeira e recessão porque:

**Primeiro**, o número de anomalias em termos económicos não foi suficientemente grande para questionar o paradigma dominante e

**Segundo**, não existe ainda uma alternativa clara (mesmo os críticos mais fortes, os chamados neo-Keynesianos e que valorizam o papel do Estado no estímulo da economia, tendem a recorrer a prescrições do passado e menos a receitas de futuro).

**SLIDE 3: THE INSTITUTE FOR NEW ECONOMIC THINKING**

No entanto, em 2009, começavam já a ser dados os primeiros passos para desafiar o pensamento económico reinante com a criação do Instituto para o Novo Pensamento Económico (ou em inglês: Institute for New Economic Thinking), com o apoio financeiro do famoso banqueiro George Soros que lhe concedeu 50 milhões de dólares.

E porquê o Instituto?

Leio-vos o que nos diz o site: (tradução livre minha)

“É tempo de todos reconhecerem que o pensamento económico do século XX não nos serve para o século XXI. O pensamento (económico) que prevalece, de que a economia é um sistema idealizado composto por indivíduos e instituições perfeitamente racionais e que buscam a optimização dos seus interesses e que, ao transaccionar em mercados, trazem à economia um equilíbrio eficiente, tornou-se obsoleto com os desenvolvimentos dos últimos anos.

Os mercados são globais. O dinheiro move-se instantaneamente 24 horas por dia, 7 dias por semana e é agora um material em bruto para inovações financeiras. Os reguladores são falíveis e os participantes no mercado frequentemente comportam-se abaixo do nível que se espera de seres perfeitamente racionais. O pensamento económico não se actualizou com estes e outros desenvolvimentos que nos define quem somos hoje em dia e esse facto (da não actualização) afecta-nos seriamente a todos e todas – tal como o aprendemos com a mais recente crise financeira global.

Estimulado pela crise financeira e pelos desenvolvimento recentes na área da Economia, uma visão muito mais realista da economia começa a emergir e que toma em linha de conta as imperfeições dos indivíduos, instituições e informação, bem como a existência de rede complexas de interacção global e o dinamismo da inovação.

Este “novo pensamento económico” tem o potencial de impactar profundamente a sociedade em áreas como as políticas governamentais e a reforma do sistema financeiro, encontrar soluções para as alterações climáticas, pobreza e desigualdade, e guiar o crescimento sustentável a longo prazo. Noutras palavras, o novo pensamento económico pode dar ajudar a construir um mundo melhor para todos e todas.

A missão do Instituto para o Novo Pensamento Económico é nutrir a próxima geração de líderes económicos na comunidade global, provocar um novo pensamento económico e inspirar a profissão (dos economistas) a engajar com os desafios do século XXI.”

**LINK YOUTUBE: WHY INET?**

Ainda é cedo para se poder dizer que o Instituto, em 3 anos, já conseguiu mudar o paradigma económico que tem dominado nos últimos 30 anos. Mas promete. Explorem o site, subscrevam o site via facebook para irem seguindo o debate. O último grande projecto passa pela criação de novos manuais de economias para as universidades (PROJECTO CORE: <http://core-econ.org/>)

**SLIDE 4: A GRANDE TRANSIÇÃO?**

A crise financeira veio expor as falhas profundas do pensamento económico que tem dominado as decisões políticas durante a última geração. Deixar o mercado por si afinal nem sempre leva aos melhores resultados para as sociedades. A intervenção do Estado, longe de ser eficiente, afinal acabou por se revelar essencial para prevenir e evitar o colapso sistémico. Assim, o retorno à fé cega nos mercados de forma a oferecer-nos um futuro de crescimento económico rápido e sem fim parece, eu argumentaria, algo impossível de se imaginar agora.

No entanto, esta promessa foi sempre ilusória, mesmo nos seus próprios termos. A liberalização económica não nos deu um crescimento rápido de forma consistente, e tem sido antes caracterizada por “booms e crashes”. Menos e menos pessoas têm beneficiado com os “booms” com a riqueza e rendimento cada vez mais concentrados num grupo restrito (hoje em dia conhecido como sendo o grupo 1%), enquanto aqueles que mais sofreram com os “crashes” viram poucos, se não nenhuns, benefícios em tempos bons. Os níveis de desigualdade cresceram para níveis record em muitos países desenvolvidos (mas também em desenvolvimento) – e não admira que seja hoje em dia um dos grandes problemas políticos a nível global como iremos falar mais adiante.

Mas a promessa também foi uma ilusão a um nível mais básico. Essencialmente, a teoria económica ortodoxa assumia a consumo infinito de recursos finitos. O crescimento, no sentido de usar mais e mais “coisas”, é obviamente impossível quando existe apenas uma certa quantidade de “coisas”/recursos (stuff). Nós podemos usar o que temos de modo mais eficiente, claro, mas mesmo isto tem os seus limites.

O mundo está a aquecer. A atmosfera já não pode absorver os níveis que continuamos a produzir de dióxido de carbono, como nos dizem os estudos mais recentes sobre as alterações climáticas a nível global. As emissões globais de dióxido de carbono cresceram cerca de 40% desde 1990. A maioria dos ecossistemas do planeta está a chegar ao limite. Nos últimos 25 anos a economia global duplicou de tamanho, enquanto cerca de 60% dos ecossistemas do planeta foram degradados. Um mundo em que as coisas continuem a ir por este caminho é um mundo com uma data de validade prevista.

Como diz Tim Jackson, que liderou a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável do Reino Unido, no seu relatório “Prosperidade Sem Crescimento? A Transição para uma Economia Sustentável”, imagine-se então o que esperar de um mundo onde cerca de 9 mil milhões de pessoas aspira a ter o nível de afluência/riqueza alcançado pelos países da OCDE. Tal economia mundial necessitaria de ser 15 vezes maior em 2050 e 40 vezes maior no final do século. Como é que seria tal economia? Como é que seria alimentada? Será que oferece uma visão credível para uma prosperidade partilhada e duradoura?

**SLIDE 5: PROSPERIDADE SEM CRESCIMENTO?**

Neste relatório, Tim Jackson tenta precisamente lidar com estas questões dentro de uma tradição longa de reflexões sobre a natureza do progresso. É um relatório que tenta examinar de forma crítica a relação entre prosperidade e crescimento. Reconhece logo à partida que os países mais pobres têm uma necessidade urgente de desenvolvimento económico. Mas também questiona se o rendimento crescente dos que já são ricos continua a ser uma política pública apropriada num mundo constrangido pelas limitações ecológicas. Como temos observado com a crise em Portugal e noutros países, o crescimento económico continua a ser o mecanismo “por default” que previne o colapso.

Em particular, as economias de mercado continuam a colocar um enfase particular na questão da produtividade laboral e no papel que os avanços tecnológicos desempenham nesta questão. Uma melhoria contínua da tecnologia significa que pode ser produzido mais output por qualquer input de trabalho. Mas ao mesmo tempo isto também representará menos pessoas necessárias para produzir os mesmos produtos de um ano para o outro. Enquanto a economia continua a expandir de forma suficientemente rápida para compensar as perdas de produtividade laboral não existe um problema. Mas quando a economia não cresce, existe uma pressão descendente na criação de emprego. As pessoas perdem o seu emprego e com menos dinheiro na economia, cai a produção, os gastos públicos são cortados e a capacidade de pagar a dívida pública é reduzida. Uma espiral recessiva emerge. O crescimento é necessário dentro deste sistema para prevenir o colapso. A evidência leva assim ao dilema desconfortável e enraizado: o crescimento pode ser insustentável mas o “não-crescimento” ou “decrescimento” (décroissance é o termo emergente em francês para reduções planeadas em produção económica) parece ser bastante instável. Mas como diz Jackson, ignorar as implicações deste dilema não vai ajudar a que estas desapareçam e a falta de vontade de lidar de forma séria com o dilema do crescimento é a grande ameaça à sustentabilidade da economia.

**LINK YOUTUBE TIM JACKSON “The Dilemma of Growth”**

O seu objectivo, com este relatório, não é só analisar as dinâmicas da crise ecológica emergente que pode ter um impacto muito maior do que a crise económica actual mas também avançar com um conjunto de propostas políticas coerentes que poderão facilitar a transição para uma economia mais sustentável.

**SLIDE 6: AS PROPOSTAS DE TIM JACKSON**

**SLIDE 7: CONSTRUIR UMA MACROECONOMIA SUSTENTÁVEL**

1. Construir uma Macroeconomia Sustentável
   1. O consumo material baseado na dívida é profundamente insatisfatório como base da nossa macroeconomia. Já estamos em tempo de desenvolver uma nova macroeconomia para a sustentabilidade e que a sua sustentabilidade não dependa do crescimento sem fim e da expansão da produção económica. Quatro áreas em termos de políticas públicas são identificadas por Jackson:
      1. Desenvolvimento de capacidade macroeconómica
      2. Investimento em bens e infraestruturas públicas (energias renováveis, espaços públicos, protecção de ecossistemas, etc)
      3. Crescente prudência financeira e fiscal (incentivo das poupanças, protecção contra dívida ao consumo, regulação do sistema financeiro)
      4. Reforma da Contabilidade macroeconómica (ir para além das contas públicas baseadas no PIB e começar a ter em conta medidas de bem-estar – que tenham em conta questões como desigualdades, custos sociais das emissões de dióxido de carbono, etc)

**SLIDE 8: PROTEGER AS CAPACIDADES PARA PROSPERAR**

1. Proteger as Capacidades para Prosperar
   1. A lógica social que prende as pessoas ao consumo materialista é extremamente poderosa, mas ecológica e psicologicamente prejudicial. Uma prosperidade duradoura só pode ser alcançada pela libertação das pessoas desta dinâmica prejudicial e providenciar as oportunidades criativas para as pessoas florescerem – dentro dos limites ecológicos do planeta. Cinco áreas de políticas públicas são identificadas por Jackson para lidar com esta questão:
      1. Partilhar o trabalho disponível e melhorar o equilíbrio trabalho-vida pessoal (redução das horas de trabalho, deixar aos empregados escolher as horas de trabalho, promover incentivos junto dos empregados para passar mais tempo com a família, de licença de maternidade/paternidade e sabáticas)
      2. Combater a desigualdade sistémica (rever o IRS, definir um máximo e um mínimo em termos de rendimento, melhorar o acesso à educação de qualidade, etc)
      3. Medir prosperidade (desenvolver índices de bem-estar que incluam duração de vida saudável, participação educacional, bem-estar social, confiança na comunidade, etc)
      4. Fortalecer capital social e humano (criação de espaços públicos, fortalecimento de iniciativas comunitárias em torno da sustentabilidade, redução da mobilidade laboral em termos geográficos, etc)
      5. Reverter a cultura do consumismo (regulação mais forte em relação à publicidade, apoio mais forte da radiotelevisão pública, standards em termos de protecção do consumidor, etc)

**SLIDE 9: RESPEITAR OS LIMITES ECOLÓGICOS**

1. Respeitar os Limites Ecológicos
   1. O excesso material da sociedade de consumo está a esgotar os recursos naturais e pôr um peso insustentável sobre os ecossistemas do planeta. Existe uma necessidade urgente de estabelecer limites claros em termos ambientais e de recursos às actividade económicas e desenvolver políticas para os alcançar. Jackson propõe três áreas de políticas públicas:
      1. Imposição de “caps” tampas (limites) claros ao nível das emissões e uso de recursos naturais
      2. Implementar uma reforma fiscal para a sustentabilidade (criação de taxas verdes, etc)
      3. Promover a transferência de tecnologia para os países mais pobres e protecção do ecossistema internacional (fundo tecnológico global para energias renováveis, eficiência energética, etc)

No final, Tim Jackson dá exemplos de iniciativas que já estão a decorrer que respondem a cada uma destas propostas. Para Jackson, algo que parece claro, é o papel que o Estado deve desempenhar para garantir a partilha da prosperidade numa sociedade pluralista. Como ele o diz, para o melhor e pior, é o governo que “co-cria” a cultura de consumo, definindo as estruturas e sinais que influenciam o comportamento das pessoas. Ao mesmo tempo, o Estado desempenha um papel essencial na protecção dos chamados “instrumentos de compromisso” (como por exemplo o Contrato Social, as políticas públicas de protecção do ambiente, etc) que previnem escolhas de vistas curtas e garantem os interesses sociais e ecológicos a longo prazo (ou que também poderíamos chamar por outras palavras, o Bem Comum).

**SLIDE 10: O RETORNO DO ESTADO**

A questão do papel do Estado levantado por Tim Jackson, leva-nos a outra ideia emergente no debate pós-crise económico-financeira de 2008: o retorno do Estado. Nos últimos anos, a resposta à crise económico-financeira que atinge um grupo de países europeus tem passado pela redução do papel do Estado na economia e na provisão de serviços sociais, como forma de responder, tal como nos diz Jackson, de procurar o crescimento via cortes das despesas públicas. Mas, se estivermos atentos e olharmos para o que se passa fora deste contexto europeu, podemos ver que o Estado continua bem vivo e tem vindo a ser fortalecido como forma de se mitigar as falhas do mercado e o impacto negativo nas sociedades.

Talvez um dos grandes impactos desta crise seja já o fim da ortodoxia financeira, ou seja, da livre circulação de capitais, como factor positivo para o crescimento e desenvolvimento. Antes da crise, com a excepção da Europa Oriental (por força da sua adesão à União Europeia), a maioria dos países emergentes e com economias crescentemente de mercado continuavam a resistir em implementar totalmente esta política.

O continente asiático, e em particular a região da Ásia-Pacífico passou pela crise financeira de 1998 e aprendeu lições importantes sobre o impacto da livre circulação de capitais e a liberalização do mercado financeiro doméstico sem a criação das instituições adequadas para regular esse novo cenário. Foi neste ano, 1997, que a Ásia passou por uma grave crise financeira e na altura houve várias vozes na região que pediram a alto e bom som que fosse desafiada a ortodoxia do mercado livre e insistiram que o mundo precisava de uma nova arquitectura financeira. Os líderes asiáticos não se esquecem de como na altura o papel das agências de notação internacionais foi altamente criticado porque tinham ajudado a acelerar o colapso financeiro da região ao terem baixado rapidamente o *rating* dos países e empresas da Indonésia, Coreia do Sul e Tailândia.

E que isso acabou por ajudar a criar na região, apesar de todos os conflitos territoriais latentes que ainda existem (como agora vimos no Mar do Sul da China onde a China, Vietname, Filipinas e Malásia), a necessidade de se organizarem e pensarem numa via regional de lidar com os seus potenciais e futuros problemas financeiros sem passar pelo FMI ou países ocidentais. A Iniciativa Chiang Mai, lançada em 2010, é um mecanismo financeiro com recursos de 240 mil milhões de dólares destinados a apoiar os signatários em caso de instabilidade financeira na região (como a especulação cambial) e que já tem sido apontado como um futuro Fundo Monetário Asiático. Esta iniciativa é assim vista como uma forma da região lidar por si própria com potenciais crises financeiras regionais, sem se submeter aos desígnios do FMI tal como aconteceu, e de forma desastrosa, durante a crise financeira de 1997-98.

Os efeitos da crise na região foram as mais severas desde a grande depressão em 1930. A economia indonésia, o quarto país mais populoso do mundo (cerca de 250 milhões de pessoas hoje em dia), contraiu quase 14% em 1998. A economia sul-coreana teve uma queda de quase 7% algo que não acontecia desde a Guerra da Coreia nos anos 1950s. As economias da Tailândia, onde tudo começou, e da Malásia também experimentaram uma queda abrupta pondo em causa a tendência de crescimento que vinham tendo nas últimas décadas.

Até Hong Kong e Singapura, as mais ricas e sofisticadas economias asiáticas logo após o Japão, sofreram fortemente com a crise dos seus parceiros comerciais na região. A crise teve também o efeito de afectar negativamente a já de si fraqueza financeira do Japão com uma economia ainda em estagnação. Apenas a China e Taiwan conseguiram escapar à crise embora com taxas de crescimento menores e foram forçadas a implementar programas arriscados para estimular as suas economias domésticas e fortalecer os seus sistemas financeiros. E porque razão conseguiram escapar-se? Precisamente porque a China tinha o mercado financeiro protegido e fechado ao exterior e Taiwan manteve sempre o seu sistema financeiro fortemente regulado pelo Banco Central. A crise acabou por contagiar outros mercados fora da Ásia como a Rússia e o Brasil que sofreram fortes fugas de capital.

Talvez o mais interessante é quando esta valorização do papel do Estado na economia e sociedade é levada aos grandes defensores da ortodoxia do mercado livre, como o Fundo Monetário Internacional, e ganha força. Em Dezembro de 2012, graças à pressão de países emergentes como o Brasil, o FMI passou oficialmente a aceitar o controlo de capitais como uma medida útil para limitar os impactos negativos da livre circulação de capitais, em particular do chamado capital especulativo.

Economistas como Dani Rodrik (Universidade de Harvard), Ha-joon Chang (Universidade de Cambridge) ou Justin Lin, (ex-Chief Economist no Banco Mundial e agora na Universidade de Pequim), têm vindo a trazer para o debate público os benefícios que o Estado pode ter – garantindo, investindo, coordenando, inovando- em termos de definição de políticas de fomento industrial. Isto com o objectivo de se melhorar não só a competitividade dos países mas também ajudar à criação de emprego.

A experiência de desenvolvimento asiática assentou precisamente na implementação de políticas de fomento industrial e os resultados estão à mostra. No 2013 Global Manufacturing Competitiveness Index da Deloitte entre os 10 primeiros países mais competitivos na área industrial estão cinco asiáticos: China, Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Japão. O sucesso asiático, e o papel que os bancos de desenvolvimento estatais desempenharam nesta industrialização, não tem passado despercebido junto de economias emergentes na América Latina ou África.

O sucesso dos países asiáticos a nível industrial e do papel desempenhado pela sua banca de desenvolvimento, como o China Development Bank (CDB) ou Korean Development Bank (KDB), é tal que até países como o Reino Unido, França e agora até Portugal começam às políticas industrias e de que falaremos no seminário de 28 de Abril.

**SLIDE 11: O ESTADO EMPREENDEDOR**

Uma das ideias emergentes neste campo é precisamente a do Estado Empreender e que tem vindo a ser promovido por Mariana Mazzucato, uma professora de economia de Universidade de Sussex no Reino Unido através do seu livro “The Entrepreneurial State” (e que surge de um relatório anterior feito para o think tank britânico DEMOS e que vos foi dado, julgo) e do projecto que tem vindo a desenvolver intitular Redefining the State.

**LINK YOUTUBE: RETHINKING THE STATE TRAILER**

E o que diz Mariana Mazzucato?

“O que hoje em dia qualquer decisor político parece querer é encorajar o empreendedorismo mas isto não é (APENAS) start-ups, venture capital e “garage tinkerers”(tipo o início da Microsoft ou da Apple). É sobre a vontade e capacidade dos agentes económicos assumirem riscos e lidarem com a incerteza: ou seja com o que sabe ser genuinamente não conhecido.”

No seu livro, Mariana oferece-nos uma visão contrária à prevalente, de que a inovação surge apenas da “loucura” do empreendedor. Ela mostra-nos como grande parte das inovações radicais, revolucionárias que têm alimentado o capitalismo – desde as linhas férreas à internet, da nanotecnologia a produtos farmacêuticos – têm as suas origens em investimentos iniciais corajosos, intensivos e empreendedores pelo Estado através do seu apoio à investigação e desenvolvimento (ciência e tecnologia de base). Foi pois, argumenta Mariana Mazzucato, a mão visível do Estado que tornou possível muitas das actuais inovações científicas e tecnológicas. A inovação não teria acontecido se ficássemos à espera do “mercado” e das empresas para o fazerem sozinhas.

Diz Mariana Mazzucato que, quando o Estado está organizado de forma eficiente e eficaz, a sua mão é firma mas não pesada, oferecendo uma visão e o empurrão para que as coisas aconteçam. Tais acções são destinadas a aumentar a coragem do sector privado. Isto significa que o Estado não é apenas um simples facilitador de crescimento mas um parceiro chave do sector privado – e muitas vezes um actor mais ousado disposto a correr riscos que o sector privado não quer assumir. Um Estado empreendedor não apenas reduz o risco do sector privado mas consegue reconhecer o espaço de risco e operar de forma audaz e efectiva para fazer as coisas acontecer. Quando li este livro parecia que estava a ler algo muito parecido com o que se passou no Japão, na Coreia do Sul e em Taiwan durante os últimos 40 anos.

**SLIDE 12: ESTADO EMPREENDEDOR E RETORNO**

Uma das questões interessantes que levanta passa por saber como é que o Estado pode receber um retorno directo por estes investimentos de alto risco. Há quem argumente que o Estado já recebe um retorno pelos seus investimentos de forma indirecta via sistema fiscal. Mas a verdade é que esse argumento, tal como diz Mariana Mazzucato e muitos outros que trabalham para organizações que estudam a evasão fiscal, esquece-se de que empresas como a Apple ou Google são empresas globais e que facilmente, dada a competição fiscal entre os países para atrair empresas, encontram formas de reduzir os seus custos ao nível dos impostos. O que propõe Mariana Mazzucato?

1. Uma golden share nas patentes tecnológicas ou científicas de modo que possa extrair um retorno pelo seu investimento quando essas patentes começarem a ser comercializadas. Esse retorno seria depois pago a um fundo nacional para financiar futuras inovações.
2. Assegurar de que empréstimos e garantias providenciadas pelo Estado ao sector privado não são feitos sem condições – tipo quando a empresa alcançar um certo nível de lucros , pagar uma percentagem desse empréstimo ou garantia e ter acções das empresas;
3. Criar bancos de desenvolvimento tal como existe na Alemanha, Brasil, China ou Coreia do Sul.

**SLIDE 13: O RENASCIMENTO DO ESTADO SOCIAL**

Na área social, enquanto a Europa avança para uma reforma das suas políticas sociais e laborais de forma a reduzir os encargos para o Estado e para as empresas, o oposto parece começar a emergir em muitos países em desenvolvimento como forma de minorar as crescentes desigualdades.

A China, India, Indonésia e África do Sul, que representam quase 40% da população mundial, têm vindo a apostar em sistemas nacionais de saúde de cariz universal. Esta aposta num Estado Social, fora do contexto europeu, é também uma resposta a uma questão que tem chamado a atenção nos últimos tempos: a crescente desigualdade sócio-económica dentro dos países (mais do que entre países) e as suas implicações para o progresso nacional.

Durante os períodos das vacas gordas, a questão das desigualdades não era importante desde que todos aumentassem os seus rendimentos, mesmo que os mais ricos enriquecessem mais e mais depressa. Mas nos últimos tempos, isso já não acontece, com os rendimentos da chamada classe média a estagnar (principalmente nos países mais desenvolvidos) enquanto os dos mais ricos continuam a aumentar, e assim temos hoje o debate do 1%, ou seja daqueles que detém a maior parte da riqueza mundial.

O último relatório do Banco Asiático de Desenvolvimento afirma já que apesar do rápido crescimento do continente na última década, as desigualdades crescentes ameaçam o “milagre asiático”. O Economista Chefe do Banco Asiático para o Desenvolvimento, Changyong Rhee fala da necessidade de políticas de crescimento que apoiem a criação de emprego, políticas fiscais mais eficazes, melhor distribuição da riqueza a nível regional, mais investimentos na educação, saúde e segurança social. Argumenta mesmo que os governos precisam de tornar a protecção social mais eficiente e focalizada, precisam de reduzir as distorções que favorecem o capital em detrimento do trabalho e apoiar as pequenas e médias empresas para equilibrar o crescimento entre indústria, serviços e agricultura.

Em África, o Africa Progress Panel já veio chamar a atenção para não se cair na ilusão de que os últimos dez anos de forte crescimento em África têm sido bons para todos no continente e afirmar que as desigualdades continuam fortes. O Africa Progress Panel é um painel muito respeitado em África, e que reúne um conjunto de 10 individualidades do sector privado e público liderados por Kofi Annan (antigo Secretário Geral da ONU) e inclui pessoas como Michel Camdessus (ex FMI) , Peter Eigen (TI), Graça Machel, Olusegun Obasanjo (ex Presidente Nigeria), Tidjane Thiam (Prudential UK).

No entanto, temos um caso de sucesso: a América Latina.

Onde a opção tem sido por políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades (que sempre foi o grande drama sócio-económico e também político do continente). E isto tem sido feito quer por governos mais populistas quer por governos de centro-esquerda ou direita.

Um estudo recente do Projecto Commitment to Equity Latin America (http://www.commitmentoequity.org/) da autoria de Nora Lustiq, Carola Pessino e John Scott procurou encontrar uma explicação. Ao avaliarem o impacto das políticas fiscais e sociais na redução da pobreza e desigualdade em seis países da América Latina, a saber Argentina, Brasil, Bolívia, México, Perú e Uruguai, os autores chegaram à conclusão de que era o investimento público na educação e saúde, mais do que as transferências financeiras para os agregados familiares, que tinha contribuído para a nova realidade regional.

É da América Latina, e do Equador, que vem a última ideia emergente, e que toca nos temas de Tim Jackson, só que neste caso, já é uma política de Estado: o Plano Nacional Buén Vivir (2013-2017). O Equador tem sido um dos países na América Latina onde se tem assistido a uma diminuição mais rápida das desigualdades.

E quais são as ideias base deste Plano Nacional que ambiciona alcançar o socialismo do Bem Viver?

**SLIDE 14: BUÉN VIVIR- SUMAK KAWSAY**

O conceito de Buén Vivir – Sumak Kawsay está base da nova Constituição de 2008 e que passou a conceder direitos sociais e económicos a todos os cidadãos e obriga o Estado a dar prioridade às despesas sociais antes de qualquer outra obrigação. O Buén Vivir é uma visão que tem na sua base as ideias sociais de solidariedade e redistribuição. Não é visto como um novo paradigma de desenvolvimento, mas como uma nova alternativa económica que se preocupa não apenas com crescimento económico mas também com a redistribuição, e onde o investimento público desempenha um papel crucial.

Entre os princípios chave está o compromisso de defender a população de viver num ambiente são e respeitador dos direitos da natureza. É o primeiro país do mundo que reconhece os direitos da natureza na sua Constituição.

**LINK YOUTUBE: Alberto Acosta, o pai da Constituição**

Para que essa visão seja implementada, a Constituição criou o que chama de Sistema Nacional Descentralizado de Planificação Participativa e que está integrado no Conselho Nacional de Planificação. As unidades básicas que participam no sistema são os diferentes níveis de entidade política, da mais pequena à maior: “comunidades, comunas, recintos, bairros e parroquias urbanas”.

**SLIDE 15 e 16: OBJECTIVOS BUÉN VIVIR (1) e (2)**

Este Plano tem os seguintes objectivos:

1. Consolidar o Estado Democrático e a construção do poder popular;
2. Procurar a Igualdade, coesão, inclusão e equidade social e territorial na diversidade;
3. Melhorar a qualidade de vida da população
4. Fortalecer as capacidades e potencialidades dos cidadãos
5. Construir espaços de encontro comum e fortalecer a identidade nacional, identidades diversas, a plurinacionalidade e a interculturalidade;
6. Consolidar a transformação da justiça e fortalecer a segurança integral, no respeito claro pelos direitos humanos
7. Garantir os direitos da natureza e promover a sustentabilidade territorial e global
8. Consolidar o sistema económico-social e solidário, de forma sustentável
9. Garantir o trabalho digno de todas as formas
10. Impulsionar a transformação da matriz produtiva nacional
11. Assegurar a soberania e eficiência dos sectores estratégicos para a transformação industrial e tecnológica
12. Garantir a soberania e paz, aprofundar a integração estratégica no mundo e na América Latina.

**SLIDE 17: MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO BUÉN VIVIR**

O Plano tem um sistema de monitorização e avaliação da gestão pública e gerar alertas caso seja necessário repensar as decisões. A lógica deste sistema está na comparação entre o programado e o realizado, tomando como base a planificação nacional e a formulação REALISTA de indicadores e metas.

Os indicadores do Plano respondem a critérios básicos de qualidade:

1. Critérios precisos e relevantes – de modo a poder medir mudanças derivadas das políticas públicas;
2. Critérios de confiança e transparentes – de modo a que avaliadores distintos obtenham os mesmos resultados;
3. Critérios periódicos – para conhecer e avaliar a tendência ao longo do tempo;
4. Critérios de impacto – porque permitem ver mudanças ao nível do bem-estar da população.

Este Plano, diz o governo equatoriano, vai para além dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio porque em vez de metas mínimas ao nível da pobreza, da educação, saúde, etc…define metas sociais máximas “para impulsionar uma mudança irreversível, rápida, profunda e radical no país”. É como se diz no documento, uma transição, um movimento progressista porque toda a transformação social, económica e cultural requere uma transição, porque sem transição a transformação custaria muito mais e seria muito mais dolorosa.

A aplicação do Plano implica, diz o documento, um processo de rupturas e programações que devem respeitar:

1. A Equidade (como forma de erradicar a pobreza)
2. A Revolução Cultural (para se criar uma sociedade crítica, empreendedora, criativa e solidária)
3. O Território e a Revolução Urbana (que se identifica com a equidades, coesão e ordenamento territorial)
4. A Revolução Agrária (que passa pela redistribuição da terra, concessão de crédito, comércio justo)
5. A Revolução do Conhecimento (que passa pela inovação, ciência e tecnologia, de recursos limitados – humanos – para recursos ilimitados – ciência, tecnologia e conhecimento)
6. E a Excelência (que é um princípio e espírito orientador do socialismo equatoriano de forma a encontrar processos eficientes para mudar as estruturas de poder)

**Portanto, um novo socialismo está aí a emergir.**

**SLIDE 17: RE-IMAGINAR O DESENVOLVIMENTO?**

O que todas estas ideias emergentes nos dizem é que estamos a passar por um tempo para se repensar o desenvolvimento actual para re-imaginar um novo desenvolvimento. Temos que provavelmente ao início e pensar o que é o desenvolvimento e como é que acontece. Nos últimos anos muito se tem escrito sobre isto e por isso já há uma base de partida. Talvez possamos começar com a Comissão Sarkozy para Medição do Desempenho Económico e do Progresso Social constituída em 2008 e que resultou no Relatório Stiglitz e que basicamente conclui que era necessário mudar a nossa medição da produção económica para a medição do bem-estar das populações. E ao oferecer esta conclusão, esta comissão captura o zeitgeist do pensamento económico mais actual e que, parecendo algo de outro planeta, dá prioridade aos resultados humanos gerados pelos processos de desenvolvimento.

Obrigado.